

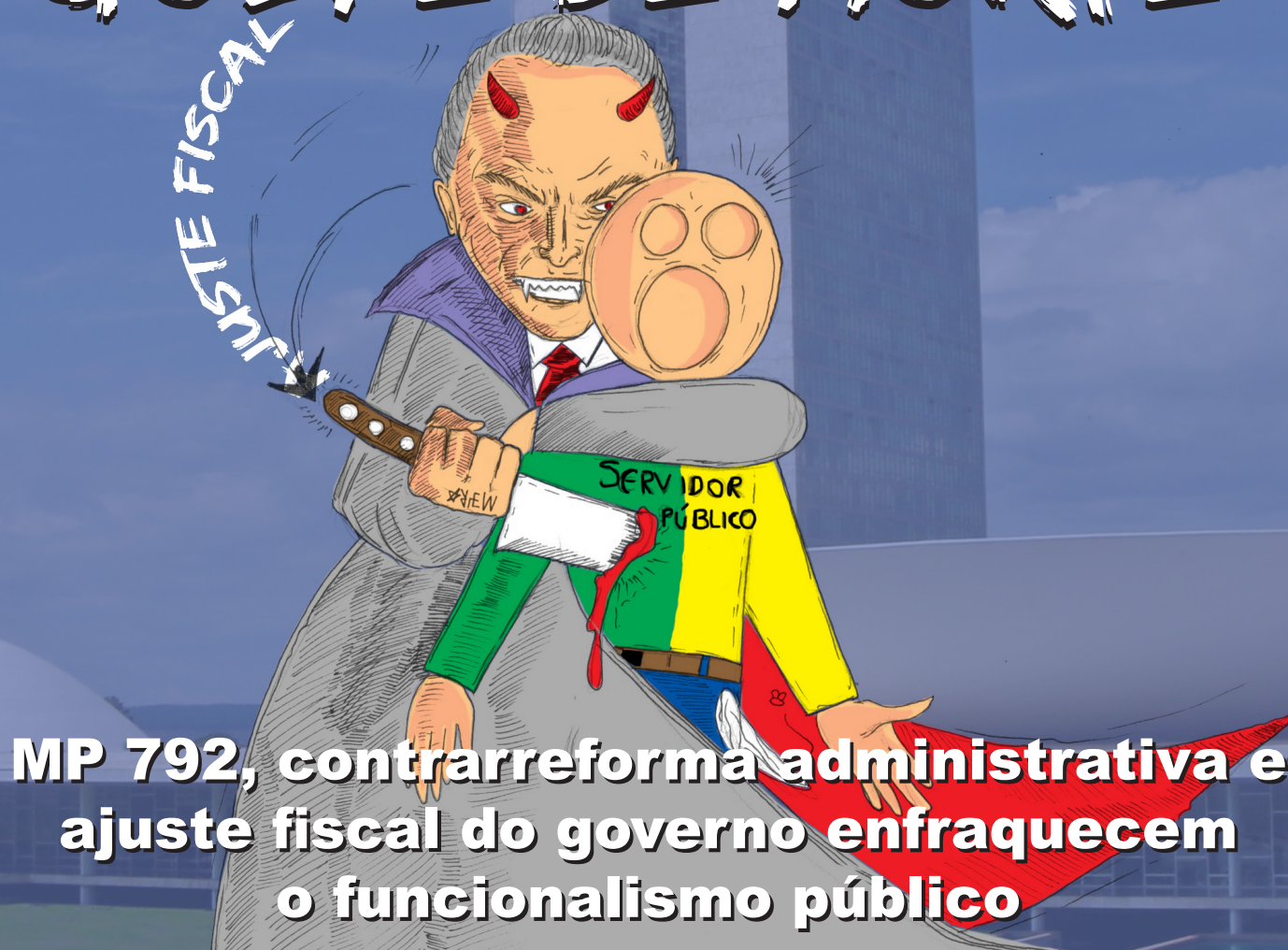
SINT-IFESgo

Sindicato dos trabalhadores Técnico- Administrativos em Educação
das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás
UFG/IFG/IF Goiano/Ebserh-HC/UFG



BOLETIM 18 - ANO 4 / 2017

GOLPE DE MORTE



Setembro de 2017

Política econômica golpeia de morte o serviço público

Desde 2016, a política econômica implantada pelo governo Temer, obedecendo ao ideário neoliberal, se traduz em uma série de retrocessos. A equipe econômica procura recompor os mecanismos de controle do capital financeiro e das elites nos ajustes fiscais, mesmo ao custo de retração econômica e do aumento das desigualdades sociais.

Essa política se traduz, principalmente, na Emenda à Constituição 95/2016. Esta emenda força o corte de direitos e o desmonte dos serviços públicos e do estado de bem-estar social previsto na Constituição. A economia decorrente desse desmonte dos direitos e dos serviços públicos será destinada aos mais ricos, aos credores de título da dívida pública.

No serviço público, todas as medidas adotadas pelo governo levam a redução do quadro de pessoal efetivo do Estado brasileiro. A aprovação da terceirização irrestrita, a reforma trabalhista, a edição da Medida Provisória 972/17, leva um grande contingente à aposentadoria, reduzindo ainda mais o quadro de pessoal efetivo.

Estas medidas se inserem em um contexto mais amplo de desmonte do Estado brasileiro, como a venda de patrimônio público para o setor privado, a privatização sob forma de concessão para o capital privado, do corte drástico nas verbas orçamentárias destinadas a serviços públicos como saúde, educação, saneamento e previdência, provocando um golpe de morte nas políticas sociais públicas e de distribuição de renda.

Com isso, a necessidade do exercício da criticidade ou a desconfiança, bem como a reflexão, como meio para romper com a cegueira de populações inteiras, que se deixam dominar por discursos ideológicos, vem

“**No serviço público, todas as medidas adotadas pelo governo levam à redução do quadro de pessoal efetivo do Estado brasileiro. Neste contexto, se faz necessário um movimento forte de resistência aos ataques**”

ganhando maior abrangência, sendo defendida e praticada por um número cada vez maior de integrantes de setores organizados da sociedade civil. Os ataques do governo ao serviço público trarão um enorme prejuízo à população que necessita do amparo do estado.

Neste contexto, se faz necessário um movimento forte de resistência aos ataques. Nesse cenário desolador, as centrais sindicais, sindicatos e os movimentos sociais devem retomar uma plataforma de proteção “nem um direito a menos e sim direitos a mais”, evitar o descalabro e exigir uma reorientação geral na política econômica, que fortaleça a empregabilidade do trabalhador, geração de emprego e maior distribuição da renda.



Universidades sofrem com cortes do governo federal

Foto: UFG



Orlando Amaral, Reitor da UFG, acredita que cortes terão grande impacto na UFG. “Bolsas podem sofrer reduções”.

Os cortes de verbas anunciados pelo governo federal estão preocupando toda a comunidade acadêmica. Os valores do contingenciamento atingiram R\$ 3,6 bilhões de despesas diretas do Ministério da Educação (MEC), além de R\$ 700 milhões em emendas parlamentares para a área da educação. No total, a pasta realizou uma redução de 15% do orçamento para o custeio das universidades, e 40% da verba para obras.

O custeio das universidades representa gastos como contas de luz, água, manutenção e pagamento de funcionários terceirizados. Em nota, o MEC afirmou que aumentou recentemente o limite de empenho para universidades e institutos federais em 10 pontos percentuais, passando a liberar de 60% para 70% do valor já contingenciado de 85% do orçamento aprovado. Em 2016, o orçamento da UFG foi todo repassado em junho.

Orlando Amaral, reitor da UFG, explicou que o orçamento específico para a manutenção da unidade de ensino em 2016 é de R\$ 3,3 bilhões, mas a proposta orçamentária do governo enviada para a UFG prevê que, em 2017, o

valor para esses gastos será de R\$ 2,6 bilhões. Orlando afirmou ainda que está previsto também corte de 45% que afeta os gastos com obras e equipamentos para a Universidade.

“Um corte deste tamanho é muito drástico e pode afetar a universidade. Os serviços terceirizados, como despesas com vigilantes, limpeza, manutenção e motoristas terceirizados certamente serão reduzidos. Bolsas de monitoria e estágio, por exemplo, também podem sofrer reduções. O que a gente espera é que o Congresso Nacional reveja essa estimativa e eleve esse orçamento para as universidades”

O Reitor do IFG, Jerônimo Rodrigues da Silva, afirmou que os cortes no orçamento da Educação Pública geram grandes impactos nos Institutos Federais. “Os IFs estão, em sua grande maioria, em fase de implantação. A diminuição de verbas prejudica muito esse processo porque paralisa obras em andamento. Isso significa que estamos ofertando menos vagas do que poderíamos. A longo prazo, essa situação pode se agravar”, afirmou.

Com informações do Portal G1

Fasubra e Andifes se reúnem para discutir a crise nas universidades

Presidente da Associação destacou medidas do pacote do governo que vão impactar diretamente os trabalhadores técnico-administrativos em educação, como a mudança de carreira, piso salarial, progressão, e Programa de Demissão Voluntária (PDV).

Foto: FASUBRA Sindical



Federação comunicou Andifes sobre a paralisação do dia 14 de setembro com docentes e estudantes em todo o país

A Fasubra Sindical em reunião com Emmanuel Zagury Tourinho (UFPA), presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) no final de agosto, apresentou a preocupação da Categoria diante dos graves ataques do governo de Michel Temer ao funcionalismo e à Educação Pública. O evento ocorreu em Brasília-DF, na sede da associação. Os coordenadores Rogério Marzola, Leia Oliveira, Rolando Malvásio, Fátima dos Reis e Darci Silva representaram a federação.

Tourinho apresentou as dificuldades dos gestores em manter as universidades em funcionamento. Além da questão orçamentária, o presidente destacou medidas do pacote do governo que vão impactar diretamente os tra-

balhadores técnico-administrativos em educação, como a mudança de carreira, piso salarial, progressão, e Programa de Demissão Voluntária (PDV).

Orçamento

Os reitores aguardam a decisão de anúncio do governo de aumentar o déficit orçamentário para 2018, já que houve contingenciamento de orçamento e investimento. Mas, segundo o presidente da Andifes, caso isso ocorra o Ministério da Educação (MEC) não dá garantias de liberar todo o recurso das universidades. “Não tem como fechar o ano com as contas em dia. Algumas instituições acumulam dívidas de anos anteriores e não conseguem fechar a conta, mesmo com 100% de liberação de recursos. A

situação é muito difícil para todas as universidades”, disse Tourinho.

Hospitais Universitários

A Fasubra questionou sobre a crise nos hospitais universitários. O presidente afirmou que a parcela do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) prevista para liberação em agosto virá carimbada para a capital. “Se isso acontecer é muito grave porque os hospitais dependem disso para a compra de medicamentos”, disse Tourinho. Também falou sobre a lentidão das contratações nos hospitais sob gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), e dificuldade de funcionamento.

Para a Federação, as intenções do governo são claras quanto ao processo de desestruturação da Educação Pública, captação de recursos privado e extinção de repasse do Tesouro. “Trabalhadores e gestores estão cientes do desmonte e dos ataques que colocam em risco conquistas históricas”.

A Fasubra comunicou a paralisação que será realiza-

da no dia 14 de setembro em conjunto com docentes e estudantes em todo o país, para denunciar à sociedade os ataques do governo. Também pautou a criação de uma frente de resistência e mobilização para dialogar com a sociedade, considerando a questão tão grave quanto o que ocorreu na época da ditadura militar. A Federação destacou que o momento é de unidade e a universidade deve se transformar em um campo de debates convocando a sociedade civil.

Tourinho apontou a possibilidade de resistência a partir da unidade, mesmo diante das diferenças entre gestores e trabalhadores. “É necessário haver unidade entre os gestores e setores que têm compromisso com a educação pública”. Também afirmou que a Andifes permanece na busca de diálogo com o governo, construindo em segundo plano uma rede de defesa das instituições federais de ensino no Congresso Nacional. Segundo o presidente, será pautado o diálogo com a sociedade e a mídia brasileira sobre as consequências do congelamento e contingenciamento dos recursos e investimento das universidades.

Fonte: Fasubra Sindical

Foto: FASUBRA Sindical



“**Não tem como fechar o ano com as contas em dia. Algumas instituições acumulam dívidas de anos anteriores e não conseguem fechar a conta, mesmo com 100% de liberação de recursos. A situação é muito difícil para todas as universidades**”

*Emmanuel Zagury Tourinho
Presidente da Andifes*

Cenário avassalador para os TAEs contribui para instabilidade da universidade

Governo mina instituições públicas com política de recessão e evasão de pessoal

Dentre as reformas propostas pelo governo federal, a Reforma Administrativa afeta mais diretamente os servidores públicos federais. Plano de Demissão Voluntária, estímulo à licença sem remuneração, extinção de cargos, mudanças na carreira, suspensão de concursos públicos e de reajustes salariais estão entre as medidas previstas para os servidores do Executivo. Nas universidades, a perspectiva de redução do quadro de pessoal permanente pode comprometer seriamente a qualidade dos serviços prestados. Em entrevista esclarecedora sobre o cenário que se apresenta para os servidores das universidades, em especial os técnicos-administrativos (TAEs), o Pró-reitor de Desenvolvimento de Recursos Humanos da UFG, Geci José Pereira da Silva, que preside o Fórum de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas das Universidades Federais (Forgepe/Andifes), traz algumas novidades anunciadas por dirigentes da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, com quem esteve reunido no final de agosto.

SINT-IFESgo - Qual é a estimativa de trabalhadores aptos a se aposentar na UFG e que já recebem abono permanência?

Geci José Pereira da Silva - Hoje na universidade nós temos, mais ou menos, 2400 técnico-administrativos em educação. Desses, cerca 380 recebem abono permanência. Então, acredito que aproximadamente 400 técnicos-administrativos estão aptos a aposentar.

SINT-IFESgo - Qual é o déficit de vagas de técnicos-administrativos na UFG?

Geci Silva - O déficit de vagas no quadro dos técnicos-administrativos pode ser pensado por dois lados. Podemos pensar considerando o que foi pactuado pelo MEC e não foi entregue. Somam-se 88 vagas pactuadas pelo MEC, para serem entregues nos anos de 2015, 2016

Foto: UFG



e 2017, mas que não se efetivou. E, também, podemos pensar no déficit de pessoal, considerando o parâmetro do próprio MEC que é a relação estudantes/técnico, a chamada RAT, cuja referência das negociações que vinham sendo feitas é de um TAE para cada 15 estudantes. Considerando uma minuta de dimensionamento que o MEC apresentou num passado recente, para a UFG, utilizando a RAT, inclusive para determinar o número de TAEs para os novos câmpus, posso afirmar que a Universidade possui um déficit na casa de 500 TAEs. Nós estamos buscando avançar na nossa metodologia de dimensionamento interno de força de trabalho. Por meio dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG), acabamos de implantar o módulo de dimensionamento, o que nos permitirá ter um dado próprio,

condizente com a nossa realidade.

SINT-IFESgo - Quais são as consequências desse déficit?

Geci Silva - A universidade é muito dinâmica, a criação de cursos em nível de graduação e de pós-graduação é uma constante, é preciso que o nosso quantitativo de TAEs acompanhe esse crescimento. As regionais também têm um déficit grande, trabalham sempre com limitação de pessoal, o que acaba favorecendo a terceirização de alguns cargos, o que compromete mais ainda o custeio da universidade.

SINT-IFESgo - Há previsão de aumento da terceirização na Universidade?

Geci Silva - Atualmente, a terceirização ocorre nos cargos autorizados pelo governo, alguns considerados em extinção e que a gente não tem autorização para provimento, como vigilante, vigia, motorista, pessoal da limpeza, do jardim. Por enquanto temos o PCCTAE em vigência e não temos autorização para terceirização dos cargos ativos no plano dos TAEs e, além disso, o custeio da universidade não suporta novas terceirizações.

SINT-IFESgo - Sobre as medidas previstas na Reforma Administrativa, como o Programa de Demissão Voluntária (PDV) deverá impactar a universidade?

“As regionais também têm um déficit grande, trabalham sempre com limitação de pessoal, o que acaba favorecendo a terceirização de alguns cargos, o que compromete mais ainda o custeio da universidade.”

“A intenção (do governo) é alterar a tabela funcional para 30 níveis na carreira, com percentuais menores que os atuais entre os níveis (steps), a serem efetivados no prazo de 30 anos. As formas de progressão seriam restritas às avaliações de desempenho e não automáticas por tempo de serviço.”

Geci Silva - Sobre o PDV, o governo publicou um decreto, que no momento está suspenso. Temos um comunicado recebido do Planejamento onde fala para a gente aguardar a publicação da regulamentação do PDV. Então até hoje não sabemos como isso poderá atingir as universidades, como ficarão, por exemplo, as vagas que venham a ser desocupadas pelo programa, contabilizadas no banco do professor equivalente e no quadro de referência do técnico-administrativo. Aguardamos as diretrizes para saber como vai ser conduzido o PDV nas universidades. Mas, não recomendamos a nenhum servidor a adesão a esse programa num momento de crise como o que vivemos.

SINT-IFESgo - E sobre a possível extinção de cargos?

Geci Silva - O Governo já anunciou sua intenção de extinguir 60 mil cargos do Executivo, seriam aqueles cargos que caíram no desuso, como o de datilógrafo, e para os quais há muito tempo não são liberadas vagas para concurso. No nosso quadro de referência do servidor técnico-administrativo, até o mês de julho, tínhamos 125 cargos sem autorização para dar provimento, cargos represados. Então, segundo o governo, os cargos a serem recolhidos são cargos “extintos” e também aqueles em que o governo autoriza a terceirização.

SINT-IFESgo – A carreira dos TAEs também pode sofrer mudanças?

Geci Silva – Muito provavelmente a carreira do TAE deve sofrer alterações. A intenção é alterar a tabela funcional para 30 níveis na carreira, com percentuais menores que os atuais entre os níveis (steps), a serem efetivados no prazo de 30 anos. As formas de progressão seriam restritas às avaliações de desempenho e não automáticas por tempo de serviço.

SINT-IFESgo – Qual é a perspectiva sobre reajuste salarial ou dos steps na tabela dos TAEs?

Geci Silva – Eu não vejo perspectiva nenhuma de reajuste salarial. É um governo que trabalha com o estado mínimo, de certo modo quer atender aos ditames do mercado, principalmente dos rentistas. Acredito que hoje, o grande foco é a luta para permanecer, pelo menos, uma carreira construída ao longo tempo. Em 2018, viveremos na prática a PEC 95, a pec do teto orçamentário. Segundo eles (dirigentes do Ministério do Planejamento), a margem que tinham para qualquer reajuste/aumento é de 3% a 4% e só o crescimento vegetativo da folha já dá isso, ou seja, as progressões, promoções etc. Por isso, estão querendo alterar as carreiras, justamente para controlar esse aumento vegetativo da folha de pagamento. De acordo com os dirigentes do MPOG, os reajustes previstos para 2018 serão postergados para janeiro de 2019.

SINT-IFESgo – Qual é a perspectiva de diálogo do governo com a categoria?

Geci Silva – Esse governo anuncia de seus planos, elabora seus projetos de forma unilateral, pautado em justificativas econômicas de contenção de gastos públicos e os apresenta já prontos para execução. Não vejo muita

perspectiva de diálogo com a categoria, por meio de suas entidades representativas, talvez por parte das representações da gestão haja algum espaço... A Comissão Nacional de Supervisão da Carreira dos TAEs parou, há muito não tem nenhuma reunião. O Forgepe pretende utilizar ao máximo o acesso que tiver, a fim de expor a situação das universidades, bem como a Andifes que tem feito debates, buscado apoio junto aos parlamentares, com o intuito de cuidar desse patrimônio que é de todos.

SINT-IFESgo – A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018 não prevê o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Como isso afeta a universidade?

Geci Silva – O PNE está totalmente comprometido. Observando a meta 12 que é de elevar a taxa bruta da educação superior para 50% e a taxa líquida em 33%, da população entre 18 e 24 anos, assegurando a qualidade e sendo que pelo menos 40% das matrículas seja de ensino público, verificamos a dificuldade de cumprimento da mesma. As universidades federais

não estão tendo verba de custeio para se manterem até o final do ano. O governo não tem cumprido as pactuações feitas de cursos que as universidades já abriram, de câmpus novos, regionais novas, universidades novas, cursos que a gente abriu aqui na UFG, como o de Arquitetura e de Medicina, em Jataí, o câmpus de Aparecida, Medicina de Catalão, que está para abrir. O governo criou regras como ter a disciplina de Libras para todos os cursos de licenciatura e não deu nenhuma vaga de professor para as universidades. Então, hoje, nós temos muitas dificuldades com o que está posto e não vemos horizontes de expansão do sistema com a atual política. Portanto, acho muito difícil cumprir o PNE e, além disso, ainda tem a PEC do teto dos gastos que amarra todo o sistema, ou seja, tira o dinheiro da educação e da saúde e para pagar os juros da dívida pública.

“
Esse governo anuncia seus planos, elabora seus projetos de forma unilateral, pautado em justificativas econômicas de contenção de gastos públicos e os apresenta já prontos para execução. Não vejo muita perspectiva de diálogo com a categoria
”

MPOG joga a conta da crise no colo dos Servidores Públicos Federais

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) anunciou, no dia 15 de agosto, um conjunto de medidas com o objetivo de “adequar os gastos públicos à situação fiscal do país”. Trata-se de um conjunto de medidas de racionalização das despesas com os servidores dos órgãos e entidades federais. Entre elas estão o adiamento dos reajustes salariais para carreiras do Executivo para 2019, a limitação da remuneração inicial das carreiras e a redução de gastos com benefícios como auxílio moradia e ajuda de custo. (confira as medidas no quadro abaixo).

De acordo com o ministro Dyogo Oliveira “Estas medidas vão no sentido não apenas da redução de despesas, mas também no sentido da reorganização e da melhoria da gestão da força de trabalho do governo federal e contribuam, de imediato, para a adequação das nossas despesas ao teto do gasto que foi estabelecido”.

Só para o Executivo

As medidas, na prática, responsabilizam os servidores

públicos, em especial do poder executivo, pela crise. Os trabalhadores do Judiciário e do Legislativo ficaram de fora das medidas. A justificativa oficial é que o Executivo não pode mexer nas contas dos outros poderes — as mudanças, portanto, teriam que ser de iniciativa deles.

“Cada Poder tem independência e autonomia no setor”, explicou o Ministério do Planejamento. Essa resposta tem sido repetida tanto por integrantes do Judiciário quanto do Legislativo.

Sonegação

Enquanto o ajuste fiscal aperta o cinto dos trabalhadores, os bancos privados tem suas dívidas com a União perdoadas. No mês de junho, o Banco Santander teve uma dívida de R\$ 338 milhões perdoada. Em abril, o Itaú se livrou de pagar cerca de R\$25 bilhões em uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Os montantes dos dois bancos representam cerca de 4 vezes mais a economia que o governo pretende conseguir com as medidas que apertam os SPFs do Poder Executivo.

MEDIDAS	PROPOSTAS
Reajustes 2018 – Poder Executivo Federal	Postergar em 1 ano os reajustes concedidos aos servidores civis
Incremento na contribuição para o RPPS – União	Alterar as alíquotas de contribuição previdenciária de forma progressiva até 14%
Implantação efetiva do teto remuneratório – todos os poderes e todos os entes da federação	Imposição do teto remuneratório a todas as verbas recebidas pelos servidores/membros de todos os poderes
Reajustes cargos comissionados e gratificações – Poder Executivo	Cancelar reajustes previstos
Redução de gastos com ajuda de custo – Poder Executivo	Limitar pagamento a uma única remuneração
Redução de gastos com auxílio-moradia – Poder Executivo	Tempo definido Valor decrescente
Extinção de 60 mil cargos vagos – Poder Executivo	Falta de correspondência com a realidade do trabalho contemporâneo (ex: datilógrafo).
MEDIDA ESTRUTURANTE	
Reestruturação das carreiras – Poder Executivo	Redução do salário inicial e aumento da quantidade dos níveis de progressão/promoção nas carreiras

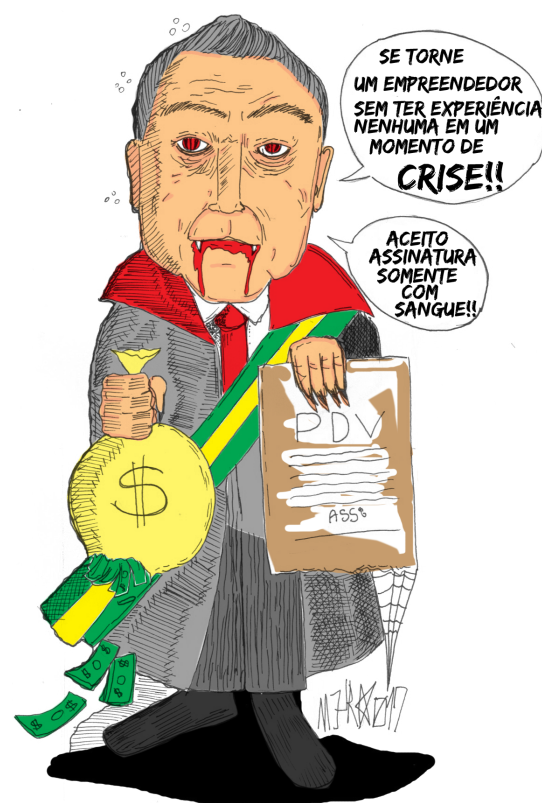
Governo Federal traz de volta o PDV

Analistas e servidores que aderiram no passado alertam para “venda de uma ilusão”

A Medida Provisória (MP) 792 que trata do Programa de Desligamento Voluntário (PDV) no âmbito do Poder Executivo Federal está publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de julho. Ela tem como objetivo reduzir as despesas com a folha de pagamento dos servidores públicos federais.

A MP, que começará a ser discutida pelo Congresso Nacional a partir de agosto, propõe, entre outros pontos, indenização correspondente a 125% da remuneração mensal do servidor, na data de desligamento, multiplicada pelo número de anos de efetivo exercício.

A MP também prevê a possibilidade de redução de jornada de trabalho de 8 horas diárias e 40 semanais para 6 ou 4 horas diárias e 30 ou 20 horas semanais, respectivamente, com remuneração proporcional, calculada sobre o total da remuneração. Como incentivo à redução da jornada, o governo oferece o pagamento adicional correspondente a meia hora diária.



O governo também cria nessa MP a licença incentivada sem remuneração. Nesse caso, o servidor poderá ficar afastado do serviço público por três anos e vai receber um valor correspondente a três vezes seu salário.

Pela proposta, o servidor que optar pela licença sem remuneração não poderá interromper o afastamento. A licença sem remuneração poderá ser prorrogada por mais três anos a pedido do servidor ou por interesse do serviço público.

Filme antigo

As alterações trazidas pela MP não são uma novidade para o servidor público federal. Em 1996 o então Presidente Fernando Henrique Cardoso implementou o programa. Dessa vez, entretanto, especialistas esperam baixa adesão dos trabalhadores.

O especialista em Direito Administrativo e Constitucional, Manoel Peixinho, a proposta de Temer é “draconiana” (rigorosa). “O PDV de 96 foi a venda de uma

ilusão. Prometeram programas de reinserção no mercado e de capacitação, o que não ocorreu. Violaram a própria lei. Por isso, muitos foram à Justiça pedir reintegração, e outros para o mercado informal”, disse ele, que complementou: “O de agora é draconiano, pois não promete nada. Apenas ônus para quem aderir e poucos bônus. Os com menor remuneração podem cair numa armadilha”.

Os pedvistas de FHC, Jorge Godoy, 70 anos; Cláudio Melo, 60; Emerson Figueiró, 59; e Paulo Mello, 63, alertaram para o “sonho” da indenização, que classificaram como “ilusão”, tanto pela dificuldade de encontrar emprego na iniciativa privada, quanto pelo fato de o dinheiro não ser “suficiente”. Eles citaram ainda que a promessa de linha de crédito especial aos ex-servidores não se concretizou na época.

“A indenização é uma antecipação do salário futuro”, opinou Cláudio Melo, que era restaurador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ele aderiu ao PDV devido ao desestímulo no setor público, principalmente pela falta de investimentos na sua área. “Foi um equívoco. Nunca mais trabalhei com isso”,

contou ele. “Criam ambiente de desmotivação, o que leva à saída de servidores. O governo Temer está indo na contramão da necessidade da população”, finalizou.

Jorge Godoy era agente administrativo do INSS e disse que saiu do órgão depois de ser “seduzido pelo canto da sereia”. “O PDV seria voluntário se o servidor buscasse isso de vontade própria. Mas nós e muitos aderimos pelas promessas que jamais se cumpriram”, afirmou ele, que, hoje, luta junto com outros colegas e Sindsprev pela reintegração no serviço público.

Emerson era técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e só não enfrentou muitas dificuldades porque conseguiu trabalhar na corretora do irmão: “É uma falácia. O dinheiro só compensará por um tempo. Espero que as pessoas não entrem nesse PDV do Temer”.

Emerson Figueiró
Ex-técnico do IBGE. Aderiu ao PDV em 1996

trabalhou no mercado informal de trabalho. “Me arrependo muito. Até hoje, trabalho sem carteira assinada e estou sem contribuir para a Previdência”.

Com informações de Agência Brasil e Portal O Dia

“**É uma mentira. O dinheiro só compensará por um tempo. Espero que as pessoas não entrem nesse PDV do Temer**”

“**O PDV de 96 foi a venda de uma ilusão. Prometeram programas de reinserção no mercado e de capacitação, o que não ocorreu. Violaram a própria lei. O de agora não promete nada. Apenas ônus para quem aderir e poucos bônus.**”

Manoel Peixinho - Especialista em Direito Administrativo e Constitucional

Conheça os perigos da MP 792/17

- O servidor federal que iniciou a carreira no setor público antes de 2013 e aderir ao PDV perderá o direito a se aposentar pela integralidade. Isso porque o benefício integral é garantido ao funcionalismo apenas até esta data. Mas se o servidor se desligar pelo programa, ele terá de se aposentar pelo INSS e o cálculo de sua aposentadoria será pela proporcionalidade.
- Quem aderir ao PDV e, posteriormente, fizer outro concurso e ingressar novamente em cargo público federal não poderá contar o tempo anterior para efeitos de aposentadoria no serviço público.
- O estatutário que estiver na fila de espera pela convocação para outra vaga federal (mediante aprovação em concurso) não poderá aderir ao PDV do governo Temer.
- Aqueles com menor tempo no serviço público terão preferência para se desligarem, e o valor da indenização será menor (já que é calculado sobre o ano trabalhado). E a indenização será paga em parcela ou cota única.
- Na licença sem remuneração, a pessoa não terá como se programar, já que o órgão federal poderá interromper a medida discricionariamente (por decisão unilateral do órgão).
- Quem aderir à jornada reduzida ou à licença sem remuneração somente receberá o vencimento-básico, acrescido das vantagens permanentes estabelecidas em lei, excluídos adicionais pela prestação de serviço; noturno; de insalubridade; de periculosidade ou pelo exercício de atividades penosas; de férias; e a gratificação natalina.

PDV... Já vi esse filme!

Na contramão da qualidade dos serviços públicos, governo quer incentivar de novo a evasão

A qualidade dos serviços públicos está diretamente relacionada à valorização de pessoal. Qualidade de atendimento, zelo pelo bem público, dever cidadão, são as pessoas que fazem isso acontecer numa instituição pública. Além disso, nenhum planejamento – outra ferramenta essencial ao desenvolvimento das instituições – será cumprido ou resistirá à falta de pessoas capacitadas. Nas instituições públicas, historicamente, o quadro de pessoal nunca é satisfatório, especialmente em termos quantitativos. No Governo Federal não é diferente, e isso inclui as universidades.

Assim, pergunta-se: O que leva um governo, em uma gestão pública, a descartar pessoas, profissionais, atuantes na prestação de serviços à comunidade? A exemplo do que ocorreu em 1996, com a Medida Provisória nº 1.526, em que se instituiu o Programa de Demissão Voluntária (PDV), no governo de Fernando Henrique Cardoso, sob alegação de equilíbrio nas contas fiscais, fica claro que as pessoas no serviço público compõem fator secundário, subjugado a “interesses econômicos”.

Depois de uma série de boatos, instalando-se uma espécie de “terror” no meio do funcionalismo público, em diversas instituições, inclusive bancárias, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, o governo lançou o seu PDV, com supostos incentivos que não foram cumpridos, gerando centenas de demandas jurídicas ainda vigentes. Esse período também ficou conhecido como aquele que promoveu a “evasão de cérebros” das universidades, pois muitos professores decidiram se aposentar para garantir seus direitos.

Reforçado pela Medida Provisória nº 1.917, de 1999, o PDV vigorou por cerca de quatro anos. Nesse período, 69 servidores da UFG aderiram ao plano, tendo recebido um salário vencimento por cada ano trabalhado. Eleude Leite,

do setor de Cadastro do Departamento de Pessoal, lembra que sofreu muito a cada processo de um colega que aderira ao plano, pois sabia que poderiam se arrepender.

Modesto Batista Borges foi um dos primeiros a aderir ao PDV na UFG, em 1996. Depois de 20 anos atuando na instituição como Agente Administrativo, o servidor viu uma chance de tentar montar o próprio negócio e prosperar. “A perseguição do governo contra o servidor público, tanto técnicos quando docentes, com promessas de medidas desestimuladoras às carreiras, ajudaram na tomada de decisão”, afirma o servidor.

Depois da adesão ao programa algumas dificuldades apareceram, o dinheiro só saiu 30 dias depois da adesão ao programa, o cálculo foi feito em cima do salário vencimento e não o bruto, algo que não havia sido esclarecido antes, e muitos incentivos divulgados, como treinamentos e outros suportes ao servidor que desejasse se tornar um pequeno empresário, não foram efetivados na prática.

Modesto afirma que já tinha esse projeto de vida, juntamente com a esposa, com quem abriu um negócio na área de prestação de serviços, e que não se arrepende de ter tentado. Mas, que teria tido mais chances que houvesse um real suporte como foi divulgado. Depois de um e meio, como microempresário, prestou concurso novamente e conseguiu reingressar na UFG, onde se sente valorizado e reconhecido.

Atraído pelo montante oferecido pelo governo, Arnaldo Mendes da Silva, ex-agente administrativo da UFG também aderiu ao PDV. “Era um bom dinheiro, fiquei bem por um tempo, montei um negócio, mas não tinha experiência e o recurso foi acabando. Talvez se fosse hoje, com a experiência que tenho agora, seria diferente”. Atualmente, aposentado pelo INSS, Arnaldo continua tocando seu pequeno comércio em Goiânia.

EXPEDIENTE

Coordenação Geral: Fátima dos Reis
Coordenação de Imprensa: Silvânia Lima
Edição: Artur Dias e Silvânia Lima
Texto: Artur Dias, Fátima dos Reis, Hebert Nascimento
Editoração: Artur Dias
Impressão: Gráfica Vereda
Ilustrações: Fábriço Meira

Endereço das sedes do SINT-IFESgo:
Administrativa - 5ª Avenida, nº 1213 Setor Leste Universitário
Fone: (62) 3261-4465

Social - Rua 01, Qd. Área, Lt. 24, Chácara Califórnia
Goiânia - GO (saída para a cidade de Nova Veneza)
Fone: (62) 3205-1663

Redes Sociais: